

David Graeber

Dívida

Os primeiros 5.000 anos

TRADUÇÃO Rogério Bettoni

 TRÊS
ESTRELAS

Copyright © 2011, 2014 David Graeber, publicado originalmente como *Debt: The first 5,000 Years* por Melville House Publishing, EUA.

Copyright da tradução © 2016 Três Estrelas – selo editorial da Empresa Folha da Manha S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio sem a permissão expressa e por escrito da PubliFolha Editora Ltda., detentora do selo editorial Três Estrelas.

EDITOR Alcino Leite Neto
EDITOR ASSISTENTE Bruno Zeni
PRODUÇÃO GRÁFICA Iris Polachini
CAPA Thiago Lacaz
PROJETO GRÁFICO DO MIOLO Mayumi Okuyama
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Jussara Fino
PREPARAÇÃO Beatriz de Freitas Moreira
REVISÃO Cacilda Guerra, Isabel Jorge Cury e Carmen T. S. Costa
REVISÃO TÉCNICA DE ECONOMIA Rafael Oliva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Graeber, David

Dívida: os primeiros 5.000 anos/
David Graeber ; tradução Rogério Bettoni. –
São Paulo : Três Estrelas, 2016.

Título original: *Debt : the first 5,000 years.*
ISBN 978-85-68493-14-4

1. Crises financeiras - História 2. Dinheiro - História
3. Dívida - História I. Título.

15-10990 CDD-332

Índices para catálogo sistemático:

1. Dívidas: Economia financeira: História 332

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), em vigor desde 1º de janeiro de 2009.

 TRÊS
ESTRELAS

Al. Barão de Limeira, 401, 6º andar
CEP 01202-900, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3224-2186/2187/2197
editora3estrelas@editora3estrelas.com.br
www.editora3estrelas.com.br

Sumário

1. Sobre a experiência da confusão moral 6
2. O mito do escambo 32
3. Dívidas primordiais 58
4. Crueldade e redenção 96
5. Breve tratado sobre os fundamentos morais das relações econômicas 116
6. Jogos com sexo e morte 164
7. Honra e degradação, ou Sobre as fundações da civilização contemporânea 212
8. Crédito versus lingotes e os ciclos da história 270
9. Idade Axial (800 a.C. - 600 d.C.) 284
10. Idade Média (600 d.C. - 1450 d.C.) 320
11. Idade dos Grandes Impérios Capitalistas (1450 d.C. - 1971 d.C.) 388
12. O começo de algo ainda por determinar (1971 - presente) 454

Posfácio: 2014 494

Notas 505

Bibliografia 605

Índice remissivo 667

2.

O mito do escambo

Para cada pergunta sutil e complexa há uma resposta
perfeitamente simples e clara: a que está errada.

H. L. MENCKEN (CITAÇÃO LIVREMENTE ADAPTADA)

Qual é a diferença entre a mera obrigação, a sensação de que é preciso se comportar de determinada maneira, ou de que se deve algo a alguém, e a *dívida* propriamente dita? A resposta é simples: o dinheiro. A diferença entre a dívida e a obrigação é que a dívida pode ser quantificada com precisão. E isso requer dinheiro.

Não é só o dinheiro que torna a dívida possível: dinheiro e dívida aparecem em cena exatamente ao mesmo tempo. Alguns dos primeiros documentos escritos que chegaram até nós são tabuletas mesopotâmicas com registros de créditos e débitos, provisões distribuídas pelo templo, dinheiro devido pelo aluguel das terras do templo, com o valor de cada item especificado precisamente em grãos e prata. Algumas das primeiras obras de filosofia moral, por sua vez, são reflexos do que significa conceber o comportamento moral nos mesmos termos com que se trata a dívida – ou seja, em termos monetários.

Uma história da dívida, portanto, é necessariamente uma história do dinheiro – e a maneira mais fácil de compreender o papel que a dívida desempenhou na sociedade humana consiste em acompanhar as formas que o dinheiro assumiu, e o modo como o dinheiro foi usado ao longo dos séculos, bem como as discussões resultantes sobre o significado disso tudo. Ainda assim, esta é necessariamente uma história do dinheiro bem diferente daquela com a qual estamos acostumados. Quando os economistas falam sobre a origem do dinheiro, por exemplo, eles sempre consideram a dívida algo secundário.

Primeiro vem o escambo, depois o dinheiro; o crédito só se desenvolve posteriormente. Mesmo quando consultamos livros sobre a história do dinheiro, por exemplo, na China, França ou Índia, o que geralmente encontramos é uma história da cunhagem, com pouquíssimas discussões sobre acordos de crédito. Durante quase um século, antropólogos que seguem a mesma linha de raciocínio que eu têm apontado que há algo muito errado nessa abordagem. A versão comum da história econômica tem pouco a ver com o que observamos quando analisamos como a vida econômica é de fato organizada, nos mercados e comunidades reais, em praticamente todos os lugares – nos quais é muito provável encontrarmos pessoas endividadas de diversas maneiras, e transações que em sua maioria se dão sem o uso de moeda.

Por que essa discrepância?

Parte dela diz respeito apenas à natureza dos fatos: moedas são preservadas nos arquivos arqueológicos; acordos de crédito em geral não o são. Todavia, os problemas são mais profundos que isso. A existência do crédito e da dívida sempre teve uma conotação de escândalo para os economistas, uma vez que é praticamente impossível fazer de conta que as pessoas que emprestam dinheiro e tomam empréstimos estejam agindo por interesses puramente “econômicos” (por exemplo, que o empréstimo para um estranho seja a mesma coisa que o empréstimo para um primo); parece importante, portanto, começar a história do dinheiro em um mundo imaginário do qual o crédito e a dívida tenham sido eliminados. Antes de aplicarmos as ferramentas da antropologia para reconstruir a história real do dinheiro, precisamos entender o que há de errado com a explicação convencional.

Os economistas geralmente falam em três funções do dinheiro: meio de troca, unidade de contas e reserva de valor. Todos os manuais econômicos tratam o meio de troca como função primária. Vejamos um trecho razoavelmente típico do livro *Economics*, de Karl Case, Ray Fair, Mandred Gärtner e Ken Heather:

O dinheiro é vital para o funcionamento da economia de mercado. Imagine como seria a vida sem ele. A alternativa à economia monetária é o escambo, em que as pessoas trocam diretamente bens e serviços por outros bens e serviços, em vez de trocá-los por meio do dinheiro.

Como funciona o sistema de escambo? Suponha que você queira *croissants*, ovos e suco de laranja para o café da manhã. Em vez de comprar os produtos na mercearia usando dinheiro, você teria de encontrar alguém que tivesse esses produtos e quisesse trocá-los. Além disso, você precisaria ter algo que o padeiro, o fornecedor de suco e o vendedor de ovos quisessem. Ter lápis para trocar não adiantará de nada se o padeiro, o fornecedor de suco e o vendedor de ovos não quiserem lápis.

O sistema de escambo requer uma *dupla coincidência de desejos* para que a troca aconteça. Ou seja, para efetuar a troca, eu não preciso apenas encontrar alguém que tenha o que quero, mas a pessoa também precisa querer o que tenho. Quando a variedade de bens trocados é pequena, o que costuma acontecer em economias relativamente rudimentares, não é difícil encontrar alguém para realizar a troca, e o escambo costuma ser usado.¹

Esse último ponto é questionável, mas é colocado de maneira tão vaga que seria difícil contestá-lo:

Em uma sociedade complexa com muitos bens, o escambo requer muito esforço. Imagine-se tentando encontrar pessoas que ofereçam todos os tipos de produtos comprados na mercearia e que queiram aceitar os produtos que você tem a oferecer em troca dos dados que eles possuem.

Algum meio de troca acordado (ou meio de pagamento) praticamente elimina o problema da dupla coincidência de desejos.²

É importante ressaltar que isso não é apresentado como algo que de fato aconteceu, mas sim como um exercício puramente imaginário. “Para entender como a sociedade se beneficia de um meio de troca, imagine uma economia de escambo”, escrevem David Begg, Stanley Fischer e Rudiger Dornbusch [*Economics*, 2005]. “Imagine a dificuldade que você teria hoje se tivesse de trocar seu trabalho diretamente pelos frutos do trabalho de outra pessoa”, escrevem Peter Maunder, Danny Myers, Naney Wall e Rober Miller [*Economics Explained*, 1991]. “Imagine que você tenha galos, mas queira rosas”, escrevem Michael Parkin e David King [*Economics*, 1995].³ Poderíamos multiplicar

infinitamente esses exemplos. Quase todos os manuais de economia usados hoje em dia colocam o problema da mesma maneira. Historicamente, afirmam eles, sabemos que houve uma época em que não existia dinheiro. Como poderia ter sido essa época? Ora, imaginemos uma economia parecida com a que temos hoje, mas sem dinheiro. Seria algo certamente inconveniente! É claro, as pessoas inventaram o dinheiro visando à eficiência.

A história do dinheiro para os economistas sempre começa no reino da fantasia do escambo. O problema é onde situar essa fantasia no tempo e no espaço: estamos falando dos homens das cavernas, dos nativos das ilhas do Pacífico, das primeiras colônias norte-americanas? Um manual, escrito pelos economistas Joseph Stiglitz e John Driffill, nos leva ao que parece ser uma cidade imaginária na Nova Inglaterra ou no Centro-Oeste dos Estados Unidos:

Podemos imaginar um antigo sistema de escambo rural com o ferreiro, o alfaiate, o merceiro e o médico em uma cidade pequena. Para que o simples escambo funcione, no entanto, deve haver uma *dupla coincidência de desejos*. [...] Henry tem batatas e quer calçados, Joshua tem um par de calçados sobrando e quer batatas. O escambo pode deixar os dois mais felizes. Mas se Henry tem lenha e Joshua não precisa de lenha, o escambo pelos calçados de Joshua requer que os dois, ou apenas um deles, saiam procurando mais pessoas na esperança de realizar uma troca multilateral. O dinheiro proporciona um modo muito mais simples de realizar a troca multilateral. Henry vende a lenha para outra pessoa por dinheiro e usa o dinheiro para comprar os calçados de Joshua.⁴

Repetindo, essa é apenas uma terra imaginária, muito parecida com a nossa, mas sem o dinheiro. Sendo assim, ela não faz sentido nenhum: quem, em sã consciência, montaria uma mercearia em um lugar desses? E como conseguiria suprimentos? Mas deixemos isso de lado. Há uma razão simples que leva todos os autores de manuais de economia a nos contar a mesma história. Para os economistas, trata-se, em um sentido muito verdadeiro, da história mais importante que já nos foi contada. Foi contando essa história, no significativo ano de 1776, que Adam Smith,

professor de filosofia moral da Universidade de Glasgow, criou efetivamente a economia como disciplina.

Ele não criou essa história sem algum embasamento na realidade. Em 330 a.C., Aristóteles já especulava sobre o assunto em uma linha bastante similar em seu tratado sobre política. Antes, sugeria ele, as famílias deviam produzir tudo aquilo de que precisavam. Gradualmente, algumas delas presumivelmente teriam se especializado, algumas plantando milho, outras fabricando vinhos, e teriam passado a trocar seus produtos.⁵ O dinheiro, supunha Aristóteles, deve ter surgido de tal processo. Mas, assim como os estudiosos medievais que de vez em quando repetiam a história, Aristóteles nunca disse claramente como ele surgiu.⁶

Nos anos que se sucederam a Colombo, enquanto aventureiros espanhóis e portugueses varriam o mundo em busca de novas fontes de ouro e prata, essas histórias imprecisas desapareceram. Certamente ninguém relatou ter descoberto uma terra onde vigorava o escambo. A maioria dos viajantes dos séculos XVI e XVII, nas Índias Ocidentais ou na África, supunha que todas as sociedades teriam necessariamente as próprias formas de dinheiro, uma vez que todas as sociedades tinham governos e todos eles emitiam moeda.⁷

Adam Smith, por outro lado, estava determinado a subverter a sabedoria comum de sua época. Em primeiro lugar, ele se opôs à ideia de que o dinheiro era criação de governos. Nesse aspecto, Smith foi o herdeiro intelectual da tradição de filósofos liberais como John Locke, que argumentava que o governo começa na necessidade de proteger a propriedade privada e funciona melhor quando tenta se limitar a essa função. Smith ampliou o argumento, insistindo que propriedade, dinheiro e mercados não só existiam antes das instituições políticas, como eram os próprios fundamentos da sociedade humana. Desse modo, uma vez que o governo tinha de exercer algum papel nas questões monetárias, ele deveria se limitar a garantir a estabilidade da moeda. Foi em decorrência dessa tese que Adam Smith conseguiu afirmar que a economia é por si só um campo da investigação humana com princípios e leis próprios – ou seja, algo distinto da ética ou da política, por exemplo.

É válido esmiuçar o argumento de Adam Smith porque, como eu disse, trata-se do grande mito fundador da economia como disciplina.

Qual é – assim ele começa – a base da vida econômica propriamente dita? Trata-se de “certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”. Os animais não fazem isso. “Ninguém jamais viu um cachorro fazer uma troca justa e deliberada de um osso por outro, com um segundo cachorro.”⁸ Os seres humanos, se deixados agir por conta própria, inevitavelmente começarão a permutar e comparar as coisas. É isso que eles fazem. Até mesmo a lógica e a conversação não passam de modos de estabelecer trocas, e, como em todas as outras coisas, os seres humanos sempre tentarão tirar o máximo de vantagem, buscarão o maior lucro que possam obter com a troca.⁹

É esse impulso para a troca, por sua vez, que cria a divisão do trabalho, responsável por todo avanço da humanidade e pela civilização. Aqui a cena muda para outra terra da fantasia dos economistas – que parece um amálgama dos índios norte-americanos com os pastores nômades da Ásia Central.¹⁰

Em uma tribo de caçadores ou pastores, por exemplo, determinada pessoa faz arcos e flechas com mais habilidade e rapidez do que qualquer outra. Muitas vezes os trocará com seus companheiros por gado ou por carne de caça; considera que, dessa forma, pode conseguir mais gado e mais carne de caça do que conseguiria se ele mesmo fosse à procura deles no campo. Considerando primeiramente, portanto, o interesse próprio, resolve que fazer arcos e flechas será sua ocupação principal, tornando-se uma espécie de armeiro. Outra pessoa é particularmente hábil em fazer o madeiramento e as coberturas de suas pequenas cabanas ou casas removíveis. Ela está habituada a ser útil a seus vizinhos dessa forma, os quais a remuneram da mesma maneira, com gado e carne de caça, até que, ao final, acaba achando interessante dedicar-se inteiramente a essa ocupação e tornar-se uma espécie de carpinteiro dedicado à construção de casas. Da mesma forma, um terceiro torna-se ferreiro ou funileiro, um quarto se faz curtidor ou preparador de peles ou couros, componente primordial da roupa dos silvícolas [...]

É somente quando surgem fabricantes de arcos, cabanas etc. que as pessoas percebem a existência de um problema. Observe que, como ocorre em

tantos outros exemplos, nós tendemos a passar de silvícolas imaginários para pequenos comerciantes em cidadezinhas:

Quando a divisão do trabalho estava apenas em seu início, esse poder de troca deve ter deparado frequentemente com grandes empecilhos. Podemos perfeitamente supor que um indivíduo possua uma mercadoria em quantidade superior àquela de que precisa, ao passo que outro tem menos. Consequentemente, o primeiro estaria disposto a vender uma parte do que lhe é supérfluo, e o segundo a comprá-la. Todavia, se esse segundo indivíduo não possuir nada daquilo que o primeiro necessita, não poderá haver nenhuma troca entre eles. O açougueiro possui mais carne do que a quantidade de que precisa para seu consumo, e o cervejeiro e o padeiro estariam dispostos a comprar uma parte do produto. Entretanto, estes nada têm a oferecer em troca [...]. A fim de evitar o inconveniente de tais situações, todo homem prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história após ter se estabelecido pela primeira vez a divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu trabalho, certa quantidade de uma mercadoria ou outra – mercadorias tais que, em seu entender, poucas pessoas recusariam receber em troca do produto do trabalho delas.¹¹

Desse modo, todos começaram inevitavelmente a estocar aquilo que supunham ser da necessidade de outras pessoas. Isso produziu um efeito paradoxal porque, em dado momento, em vez de aquela mercadoria ficar menos valiosa (uma vez que todos já têm um pouco dela), ela se torna mais valiosa (porque se transforma, efetivamente, em moeda):

Conta-se que na Abissínia o instrumento comum para comércio e trocas é o sal; em algumas regiões da costa da Índia, é determinado tipo de conchas; na Terra Nova é o bacalhau seco; na Virgínia, o tabaco; em algumas das nossas colônias do oeste da Índia, o açúcar; em alguns outros países, peles ou couros preparados; ainda hoje – segundo me foi dito – existe na Escócia uma

aldeia em que não é raro um trabalhador levar pregos em vez de dinheiro, quando vai ao padeiro ou à cervejaria.¹²

Por fim, obviamente, pelo menos para o comércio de longa distância, tudo se reduz a metais preciosos, pois estes idealmente são apropriados para servir como moeda por serem duráveis, portáteis e capazes de serem divididos continuamente em porções idênticas:

Diferentes foram os metais utilizados pelas diversas nações para esse fim. O ferro era o instrumento comum de comércio entre os espartanos; entre os antigos romanos era o cobre; e o ouro e a prata em todas as nações ricas e comerciantes.

De início, parece que os referidos metais eram utilizados para esse fim em barras brutas, sem gravação e sem cunhagem. [...]

O uso de metais nesse estado apresentava dois consideráveis inconvenientes: a pesagem e a verificação da autenticidade ou qualidade do metal. Nos caso dos metais preciosos, em que uma pequena diferença de quantidade representa uma grande diferença no valor, até mesmo o trabalho de pesagem, para ser feito com a precisão necessária, requer no mínimo pesos e balanças muito exatos. Particularmente a pesagem do ouro é uma operação precisa e sutil.¹³

Não é difícil deduzir o resultado disso. Usar lingotes irregulares de metal é mais fácil que praticar o escambo, mas padronizar as unidades – digamos, prensar peças de metal com designações uniformes que garantam o peso e a pureza da liga, em diferentes denominações – não facilitaria ainda mais as coisas? Certamente sim, e dessa forma nasceu a cunhagem. De fato, a difusão da cunhagem implicou o envolvimento dos governos, pois geralmente eram os governos que forjavam as moedas; mas, na versão clássica da história, os governos tinham apenas esse papel limitado – garantir a oferta monetária – e tendiam a exercê-lo sem a menor competência, uma vez que, durante a história, reis inescrupulosos muitas vezes fraudavam a cunhagem, desvalorizando a moeda, gerando inflação e outros

tipos de danos políticos àquilo que originalmente era apenas uma questão de simples bom senso econômico.

De maneira reveladora, essa história teve um papel crucial não só na fundação da economia como disciplina, mas na própria ideia de que existia algo chamado “economia”, que funcionava com regras próprias, separado da vida moral ou política – ou seja, algo que os economistas podiam tomar como campo de estudos. “A economia” é a área em que exercemos nossa propensão natural a intercambiar e permutar. Ainda estamos intercambiando e permutando e sempre estaremos. A moeda é apenas o meio mais eficaz para isso.

Mais tarde, economistas como Karl Menger e Stanley Jevons melhoraram os detalhes dessa história, basicamente acrescentando diversas equações matemáticas para mostrar que um agrupamento aleatório de pessoas com desejos aleatórios poderia, em teoria, produzir não só uma única mercadoria para ser usada como dinheiro, mas também um sistema de preços uniformes. Nesse processo, eles também substituíram todo o vocabulário técnico pomposo (por exemplo, “inconveniências” se transformou em “custos de transação”). O problema, contudo, é que essa história se tornou senso comum para a maioria das pessoas. Nós a ensinamos para crianças nos livros escolares e nos museus. Todo mundo a conhece. “Era uma vez o escambo, um sistema difícil. Então as pessoas inventaram o dinheiro. Depois veio o desenvolvimento do sistema bancário e do crédito.” Tudo isso constitui uma progressão perfeitamente simples e objetiva, um processo de sofisticação e abstração cada vez maior que levou a humanidade, de maneira lógica e inexorável, da troca de presas de mastodonte na Idade da Pedra às bolsas de valores, aos fundos de hedge e aos derivativos securitizados.¹⁴

Essa ideia tornou-se realmente onipresente. Onde quer que haja dinheiro, haverá essa história. Certa vez, na cidade de Arivonimamo, em Madagascar, tive o privilégio de entrevistar um *kalanoro*, uma criaturinha fantasmagórica que um médium local dizia manter escondida dentro de um baú em sua casa. O espírito era do irmão de uma agiota local, uma mulher horrenda chamada Nordine, e, para ser sincero, relutei um pouco em me envolver com a família, mas alguns amigos insistiram – afinal de contas, tratava-se de um ser de tempos remotos. A criatura falava por trás de uma cortina com a voz trêmula

e sinistra. Mas o único assunto que lhe interessava era o dinheiro. Por fim, um pouco irritado com toda aquela farsa, eu perguntei: “Então, o que você usava como dinheiro nos tempos antigos, quando ainda estava vivo?”.

A voz misteriosa respondeu imediatamente: “Não. A gente não usava dinheiro. Nos velhos tempos, trocávamos diretamente uma mercadoria por outra”.

Essa história, portanto, tornou-se o mito fundador do nosso sistema de relações econômicas. E esse mito está estabelecido de modo tão profundo no senso comum que, até mesmo em lugares como Madagascar, a maioria das pessoas não imaginaria outra maneira possível de aparecimento do dinheiro.

O problema é que não há nenhum indício de que isso um dia aconteceu, mas há numerosos indícios sugerindo que possa não ter acontecido.

Há séculos os pesquisadores tentam encontrar essa lendária terra do escambo – sem sucesso. Adam Smith usa como pano de fundo para seu relato a América do Norte e seus aborígenes (outros preferem a África ou o Pacífico). Em defesa de Smith, pelo menos poder-se-ia dizer que na época dele não havia informações confiáveis sobre os sistemas econômicos dos norte-americanos nativos em bibliotecas escocesas. Já seus sucessores não podem recorrer a desculpas. Mas, em meados do século, as descrições de Lewis Henry Morgan das Seis Nações dos Iroqueses, entre outras, foram amplamente difundidas – e deixaram claro que a principal instituição econômica nas nações iroquesas eram habitações coletivas, chamadas *longhouses*, em inglês, onde a maior parte dos produtos era estocada e depois distribuída pelos conselhos de mulheres, e ninguém nunca trocava pontas de flecha por pedaços de carne. Os economistas simplesmente ignoraram essa informação.¹⁵ Stanley Jevons, que em 1871 escreveu o que seria considerado o livro clássico sobre as origens do dinheiro, retira seus exemplos de Adam Smith, como ao falar de índios que trocam carne de caça por cervos e pele de castor, e não utiliza nenhuma descrição real da vida indígena, deixando claro que Adam Smith simplesmente inventou esses exemplos. Mais ou menos na mesma época, missionários, aventureiros e administradores coloniais

viajavam pelo mundo todo e levavam consigo cópias do livro de Adam Smith, esperando encontrar a terra do escambo. Ninguém nunca encontrou. O que descobriram foi uma variedade quase infinita de sistemas econômicos. Até hoje, ninguém conseguiu localizar nem uma parte do mundo sequer onde o modo comum de transação econômica entre vizinhos seja na forma de troca de “vinte galinhas por uma vaca”.

A obra antropológica definitiva sobre o escambo, escrita por Caroline Humphrey, da Universidade de Cambridge, não poderia ser mais enfática em suas conclusões: “Nunca foi descrito nenhum exemplo puro e simples da economia de escambo, muito menos de que o dinheiro tenha surgido do escambo; toda a etnografia existente sugere que esse tipo de economia nunca existiu”.¹⁶

Ora, tudo isso dificilmente quer dizer que o escambo não existiu – ou que nunca tenha sido praticado pelo tipo de gente que Adam Smith chamaria de “selvagens”. Significa apenas que quase nunca era empregado, como ele imaginava, entre homens de uma mesma aldeia. Comumente, ele acontecia entre estranhos, até entre inimigos. Tomemos como exemplo os índios nambiquaras, no Brasil. Eles parecem corresponder a todos os critérios: uma sociedade simples, praticamente sem divisão de trabalho, organizada em pequenos grupos que tradicionalmente são formados, quando muito, por cem pessoas cada um. De vez em quando, se um grupo vê que outro grupo acendeu as fogueiras para cozinhar, manda emissários para negociar um encontro com propósitos de troca. Se a oferta é aceita, eles primeiro escondem as mulheres e as crianças na floresta, depois convidam os homens do outro grupo para visitar o acampamento. Cada grupo escolhe um chefe; depois que todos se reúnem, cada chefe profere um discurso formal enaltecendo a outra parte e subestimando o próprio grupo; todos deixam as armas de lado para cantar e dançar juntos – embora a dança imite o confronto de guerra. Depois, os indivíduos de um grupo se dirigem aos do outro para a troca:

Se um indivíduo quer um objeto qualquer, ele o enaltece dizendo o quanto é bom. Se um homem valoriza um objeto e quer algo em troca por ele, em vez de dizer o quanto é valioso, diz que não é bom, demonstrando assim

seu desejo de mantê-lo consigo. “Esse machado não é bom, é muito velho e perdeu o corte”, dirá ele, referindo-se ao seu machado que o outro quer.

Esse argumento é defendido em um tom furioso até que se chega a um entendimento. Feito o acordo, um pega o objeto da mão do outro. Se um homem fez o escambo de um colar não irá retirá-lo e entregá-lo, é o outro que deve arrancá-lo exibindo força. Discussões, que muitas vezes levam a lutas, ocorrem quando uma das partes é um pouco precipitada e apanha o objeto antes que o outro tenha terminado de argumentar.¹⁷

Toda a negociação termina com um grande banquete para o qual as mulheres reaparecem, mas isso também pode causar problemas, uma vez que a música e a boa comida costumam dar margem à sedução,¹⁸ o que muitas vezes leva a rixas provocadas pelo ciúme. De vez em quando, algumas pessoas são mortas.

O escambo, portanto, apesar de todos os elementos festivos, era realizado entre pessoas em geral inimigas e podia estar a um passo de se converter em uma guerra completa – e caso o etnógrafo esteja correto, se um dos lados concluía que havia sido explorado pelo outro, a situação podia muito facilmente levar de fato a um conflito real.

Viremos agora os holofotes para o outro lado do mundo, mais precisamente para o lado ocidental da Terra de Arnhem, na Austrália, onde o povo gunwinggu é famoso por divertir os povos vizinhos em rituais de escambo cerimonial chamados *dzamalag*. Aqui, a ameaça de violência real parece muito mais distante. Isso porque, parcialmente, as coisas são mais fáceis por causa da existência de um sistema de “metades exogâmicas” adotado em toda a região: não é permitido se casar ou fazer sexo com pessoas da mesma metade em que o grupo se divide, não importa de onde elas tenham vindo, mas qualquer pessoa que seja da outra metade tecnicamente é um par potencial. Desse modo, para os homens, mesmo em comunidades distantes, metade das mulheres é estritamente proibida, e a outra parte é um alvo legítimo. A região também é unida pela especialização local: cada povo tem seu próprio produto de troca para realizar o escambo com outros grupos.

O que se segue se baseia na descrição de um *dzamalag* ocorrido na década de 1940, tal como observado pelo antropólogo Ronald Berndt.

Mais uma vez, a história começa quando estranhos, depois de algumas negociações iniciais, são convidados para o acampamento dos anfitriões. Os visitantes, nesse exemplo, eram conhecidos por suas “lanças dentadas muito apreciadas” – e os anfitriões tinham acesso a boas vestimentas vindas da Europa. O negócio começa quando o grupo visitante, formado por homens e mulheres, entra na área circular reservada para as danças, e três pessoas começam a entreter os anfitriões com música. Dois homens cantam e um terceiro os acompanha tocando *didjeridu*. Pouco tempo depois, as mulheres do grupo de anfitriões chegam e atacam os músicos:

Homens e mulheres se levantam e começam a dançar. O *dzamalag* tem início quando duas mulheres gunwinggu da metade oposta à dos homens que cantam “dão o *dzamalag*” para estes. Elas presenteiam cada homem com um pedaço de tecido, dão uma pancada neles ou os tocam, jogando-os no chão, chamando-os de marido do *dzamalag* e brincando com eles de maneira erótica. Depois outra mulher da metade oposta à do homem que toca o instrumento de sopro lhe dá um tecido, golpeia-o e brinca com ele.

Esse é o início da troca *dzamalag*. Os homens do grupo visitante sentam-se quietos enquanto as mulheres da metade oposta se aproximam, acertam-lhes um golpe e os convidam para a cópula; elas tomam todas as liberdades para com os homens, entre diversão e aplausos, enquanto o canto e a dança continuam. As mulheres tentam tirar as vestimentas que cobrem os quadris dos homens ou tocar o pênis deles, arrastando-os para fora da área de dança para o coito. Os homens saem com suas parceiras de *dzamalag*, demonstrando relutância, para copular em moitas distantes das fogueiras que iluminam os dançarinos. Eles dão tabaco e contas para as mulheres. Quando elas voltam, dão parte do tabaco para os maridos, que as haviam encorajado a ir para o *dzamalag*. Os maridos, por sua vez, usam o tabaco para pagar por suas próprias parceiras de *dzamalag* [...].¹⁹

Novos cantores e músicos aparecem; também são abordados e levados para os matagais; os homens encorajam suas esposas a “não terem vergonha”, para assim manter a reputação hospitaleira dos gunwinggu; algumas

vezes esses homens tomam a iniciativa com as esposas dos visitantes, oferecendo roupas, golpeando-as e levando-as para os matagais. Contas e tabaco circulam. Por fim, depois que todos os participantes saíram aos pares pelo menos uma vez, e os convidados estão satisfeitos com as vestimentas que adquiriram, as mulheres param de dançar, formam duas fileiras, e os visitantes se organizam para pagar a elas.

Então os visitantes de uma metade dançam para as mulheres da metade oposta para “dar-lhes o *dzamalag*”. Eles seguram lanças de ponta triangular e fingem espetar as mulheres, mas, em vez de golpeá-las com a ponta, eles as golpeiam com a haste da lança. “Nós não espetaremos vocês com a lança porque já espetamos com o pênis.” Eles entregam as lanças para as mulheres. Depois os visitantes da outra metade procedem da mesma maneira com as mulheres da metade oposta, dando-lhes lanças de pontas dentadas. Com isso a cerimônia termina e segue-se uma ampla distribuição de comida.²⁰

Esse caso é particularmente dramático, mas casos dramáticos são reveladores. O que os anfitriões gunwinggus parecem fazer aqui, devido às relações relativamente amigáveis com os povos vizinhos da Terra de Arnhem, é tomar todos os elementos do escambo dos nambiquaras (a música e a dança, a hostilidade potencial, a intriga sexual) e os transformar em um tipo de jogo festivo – um jogo que talvez não deixe de ter seus perigos, mas (como enfatiza o etnógrafo) é considerado extremamente divertido por todos os envolvidos.

Esses casos de troca pelo escambo têm em comum o fato de serem encontros entre estranhos que muito provavelmente jamais se encontrarão de novo, e entre os quais certamente não se desenvolverão relações duradouras. É por isso que uma relação de troca direta, de um para um, é apropriada: cada uma das partes faz sua troca e vai embora. Tudo se torna possível quando se firma o primeiro estágio da sociabilidade na forma de prazeres compartilhados, música e dança – a base comum de convívio sobre a qual o comércio deve sempre se construir. Depois vem a troca real, em que os dois lados fazem uma bela exibição da hostilidade latente que necessariamente existe em qualquer troca de bens materiais entre estranhos – nenhuma das partes tem

razões particulares para não tirar vantagem da outra parte – por meio de uma falsa agressão, em tom de brincadeira, embora no caso dos nambiquaras, em que o manto da sociabilidade é extremamente tênue, a falsa agressão corra o constante perigo de se transformar em agressão real. Os gunwinggus, com sua atitude mais relaxada ante a sexualidade, conseguiram de um modo engenhoso transformar os prazeres comuns e a agressividade que compartilham exatamente na mesma coisa.

Recordemos aqui a linguagem dos manuais de economia: “Imagine uma sociedade sem dinheiro” ou “imagine uma economia de escambo”. Esses exemplos deixam muito claro como é limitada a imaginação da maioria dos economistas.²¹

Por quê? A resposta mais simples seria esta: para que exista uma disciplina chamada “economia”, uma disciplina que diga respeito, em primeiríssimo lugar, a como os indivíduos buscam o acordo mais vantajoso para a troca de calçados por batatas, ou de roupas por lanças, é preciso assumir que a troca desses bens não tem nada a ver com guerra, paixão, aventura, mistério, sexo ou morte. A economia pressupõe uma divisão entre diferentes esferas do comportamento humano que, entre povos como os gunwinggus e os nambiquaras, simplesmente não existe. Essas divisões, por sua vez, são possibilitadas por acordos institucionais bem específicos – a existência de advogados, prisões e polícia – para garantir que até mesmo as pessoas que não gostam umas das outras, que não têm interesse nenhum em desenvolver qualquer tipo de relação duradoura, mas só estão interessadas em se apoderar ao máximo das posses do outro, não tenham de recorrer ao expediente mais óbvio (o roubo). Isso, por sua vez, nos permite assumir que a vida é harmoniosamente dividida entre o mercado, onde fazemos nossas compras, e a “esfera de consumo”, onde nos envolvemos com a música, os banquetes e a sedução. Em outras palavras, a visão de mundo que está na base dos manuais de economia, cujo estabelecimento se deve tanto a Adam Smith, tornou-se parte tão fundamental do senso comum que para nós é difícil imaginar outra possível configuração.

Com esses exemplos, começa a ficar claro por que não existem sociedades baseadas no escambo. Uma tal sociedade só poderia ser aquela em que

todos estão o tempo todo a um passo de se engalfinharem, em constante tensão, prontos para atacar, mas nunca atacando de fato. É verdade que o escambo às vezes acontece entre pessoas que não se consideram estranhas umas às outras, mas elas poderiam muito bem ser estranhas – ou seja, são pessoas sem espírito de confiança ou responsabilidade mútua, ou que não têm desejo nenhum de desenvolver relações duradouras. Os pachtuns do norte do Paquistão, por exemplo, são famosos por sua generosa hospitalidade. O escambo é o que se pratica com as pessoas às quais você *não* é ligado por laços de hospitalidade (ou parentesco, ou qualquer outra coisa):

A forma predileta de troca entre os homens é o escambo, ou *adal-badal* (toma lá, dá cá). Os homens estão sempre atentos à possibilidade de escambar uma de suas posses por algo melhor. É comum a troca acontecer entre coisas semelhantes: um rádio por outro rádio, óculos de sol por outros óculos de sol, um relógio por outro relógio. No entanto, objetos diferentes também podem ser trocados, como, por exemplo, uma bicicleta por dois jumentos. O *adal-badal* é sempre praticado entre pessoas que não são aparentadas e proporciona muito prazer aos homens, pois eles tentam tirar vantagem de seu parceiro de troca. Uma boa troca, na qual o homem sente que se saiu melhor depois do acordo, é motivo de vaidade e orgulho. Se a troca é ruim, o recebedor tenta voltar atrás no negócio ou, quando não consegue, [procura] se livrar do objeto defeituoso passando-o para outra pessoa que não suspeita de nada. O melhor parceiro de *adal-badal* é uma pessoa distante em termos espaciais, ou seja, que terá poucas chances de reclamar.²²

Porém, esses motivos inescrupulosos não estão limitados à Ásia Central. Eles parecem inerentes à própria natureza do escambo – o que explicaria o fato de, um ou dois séculos antes de Adam Smith, as palavras inglesas *truck* e *barter* [troca e escambo], assim como seus equivalentes em francês, espanhol, alemão, holandês e português, significarem à época “trapacear, enganar e tirar vantagem”.²³ Trocar uma coisa diretamente pela outra enquanto se tenta conseguir a melhor vantagem com a transação é a forma comum de lidar com as pessoas pelas quais não se tem muita consideração e que não se

espera ver de novo. Quais seriam os motivos para *não* tentar tirar vantagem de uma pessoa assim? Se, por outro lado, alguém tem certa consideração por uma pessoa – um vizinho, um amigo – a ponto de realizar um acordo justo e honesto, inevitavelmente também se interessará por levar em conta as necessidades e os desejos dessa pessoa. Ainda que estejamos fazendo a troca de uma coisa pela outra, provavelmente encararemos a troca como um presente.

Para esclarecer o que quero dizer com isso, voltemos aos manuais de economia e ao problema da “dupla coincidência de desejos”. Quando falamos de Henry, ele precisava de um par de calçados, mas só dispunha de algumas batatas. Joshua tinha um par de calçados sobrando, mas não precisava de batatas. Como o dinheiro ainda não foi inventado, eles têm um problema. O que vão fazer?

A primeira coisa que deve ficar clara nesse ponto é que precisamos realmente conhecer um pouco mais sobre Joshua e Henry. Quem são eles? São parentes? Se sim, qual é o parentesco? Os dois parecem viver em uma comunidade pequena. Quaisquer pessoas que vivam na mesma comunidade pequena terão algum tipo de história complicada em relação às outras. Eles são amigos, rivais, aliados, amantes, inimigos ou várias dessas coisas ao mesmo tempo?

Os autores do exemplo original pensaram em dois vizinhos mais ou menos na mesma condição, não tão próximos, mas amigáveis – ou seja, uma relação com a maior neutralidade possível. Mesmo assim, isso não diz muito. Por exemplo, se Henry morasse em uma habitação coletiva e precisasse de calçados, Joshua nem sequer entraria na jogada; Henry simplesmente comentaria o fato com a esposa, que tocaria no assunto com outras matronas, buscaria material no depósito da habitação coletiva e confeccionaria os calçados. Uma alternativa, para encontrarmos um cenário que se encaixe em um manual imaginário de economia: teríamos de posicionar Joshua e Henry juntos em uma comunidade pequena e bem íntima, como uma tribo nambiquara ou um grupo de *gunwingus*:

CENÁRIO 1

Henry se aproxima de Joshua e diz: “Calçados bonitos!”.

Joshua diz: “Ah, nem são tão bonitos assim, mas, como você gostou deles, pegue-os”.

Henry pega os calçados.

Eles não tratam das batatas de Henry porque os dois sabem perfeitamente que, se Joshua precisar de batatas em algum momento, Henry lhe dará algumas.

E nada mais que isso. Obviamente não está claro, nesse caso, quanto tempo Henry ficará com os calçados. Provavelmente depende do estado deles. Se os calçados forem comuns, esse pode ser o fim da questão. Se forem bonitos ou únicos de alguma maneira, podem ser passados adiante. Há uma história famosa contada por John e Lorna Marshall, antropólogos que fizeram um estudo na década de 1960 com bosquímanos do deserto Kalahari [África]: eles deram uma faca de presente para um de seus informantes prediletos. Um ano depois eles voltaram e descobriram que quase todos os indivíduos do grupo tiveram a posse da faca em algum momento. Por outro lado, vários amigos árabes me confirmaram que, em contextos estritamente menos igualitários, ocorre certo expediente. Se um amigo elogia um bracelete ou uma bolsa, espera-se que você diga imediatamente: “Tome” – mas, se você está determinado a manter o objeto consigo, você sempre pode dizer: “É bonito, não é? Foi um presente”.

Está claro, no entanto, que os autores do manual de economia têm em mente uma transação um pouco mais impessoal. Eles parecem imaginar os dois homens como chefes de unidades familiares patriarcais, mantendo boas relações entre si, mas que guardam os próprios suprimentos. Talvez eles vivam em um daqueles vilarejos escoceses, com o açougueiro e o padeiro do exemplo de Adam Smith, ou em um assentamento de colonos na Nova Inglaterra. A diferença é que eles nunca ouviram falar em dinheiro. É uma fantasia peculiar, mas vejamos o que podemos fazer:

CENÁRIO 2

Henry se aproxima de Joshua e diz: “Calçados bonitos!”.

Ou então – para deixar esse cenário um pouco mais realista – a esposa de Henry está conversando com a esposa de Joshua e deixa escapar estrategicamente que o estado dos calçados de Henry está tão ruim que ele começou a reclamar dos calos.

A mensagem é transmitida e Joshua aparece no dia seguinte para oferecer a Henry, como presente, seu par de calçados que está sobrando, insistindo que se trata apenas de um gesto amigável. Jamais ele aceitaria alguma coisa como compensação.

Não importa se Joshua está sendo sincero. Ao fazer o que fez, Joshua registra um crédito. Henry lhe deve uma.

Como Henry poderia pagar a Joshua? Há infinitas possibilidades. Talvez Joshua realmente queira algumas batatas. Henry espera passar um pequeno intervalo e entrega as batatas para Joshua, insistindo também que se trata apenas de um presente. Ou talvez Joshua não precise de batatas agora, então Henry espera até que ele precise. Ou talvez ainda um ano depois, quando Joshua planejar um banquete, ele passe pelo curral de Henry e diga: “Que belo porco...”.

Em qualquer um desses cenários, o problema da “dupla coincidência de desejos”, tão evocado nos manuais de economia, simplesmente desaparece. Henry pode não ter algo de que Joshua precise agora mesmo. Mas, se os dois são vizinhos, obviamente será uma questão de tempo até que Joshua precise de alguma coisa.²⁴

Por sua vez, isso significa que a necessidade de estocar itens comumente aceitáveis, da maneira que sugeriu Adam Smith, também desaparece. Com isso extingue-se a necessidade de moeda. Assim como acontece em muitas comunidades pequenas atuais, todas as pessoas simplesmente guardam consigo a informação de quem deve o que para quem.

Há apenas um problema conceitual importante aqui – um problema que o leitor atento já deve ter notado. Henry “deve uma a Joshua”. Uma o quê?

Como se quantifica um favor? Baseados em que nós dizemos que essa porção de batatas, ou esse porco grande, parece mais ou menos equivalente a um par de calçados? Porque, mesmo se essas coisas forem meras aproximações rudimentares, tem de haver alguma maneira de estabelecer que X equivale mais ou menos a Y, ou que é um pouco melhor ou um pouco pior. Isso não indica que algo parecido com o dinheiro, pelo menos no sentido de uma unidade de contas que permita comparar o valor de diferentes objetos, já exista?

Na verdade, há um modo rudimentar de resolver o problema na maioria das economias da dádiva. Estabelece-se uma série de categorias de tipos de coisas. Porcos e calçados devem ser considerados objetos de equivalência aproximada: pode-se dar um em troca de outro. Colares de corais já seriam uma questão totalmente diferente; seria preciso dar em troca outro colar, ou pelo menos outra joia – os antropólogos costumam se referir a essas situações como criadoras de diferentes “esferas de troca”.²⁵ De certa forma, isso simplifica as coisas. Quando o escambo transcultural se torna uma coisa regular e corriqueira, ele tende a funcionar de acordo com princípios semelhantes: existem apenas certas coisas trocadas por outras (roupas por lanças, por exemplo), o que facilita a elaboração de equivalências tradicionais. No entanto, isso não nos ajuda em nada no problema da origem do dinheiro. Ao contrário, torna tudo ainda mais difícil. Por que estocar sal, ouro ou peixe se eles só podem ser trocados por certas coisas e não outras?

Na verdade, há boas razões para acreditarmos que o escambo não é um fenômeno particularmente antigo, mas que só se difundiu de fato nos tempos modernos. Na maioria dos casos que conhecemos ele acontece entre pessoas familiarizadas com o uso da moeda mas que, por uma ou por outra razão, não têm tanto dinheiro disponível. Sistemas de escambo mais elaborados em geral afloram como consequência do colapso de economias nacionais: mais recentemente, na década de 1990, na Rússia, e por volta de 2002, na Argentina, quando os rublos (no primeiro caso) e os dólares (no segundo) desapareceram.²⁶ Em determinadas ocasiões ainda é possível encontrar algum tipo de moeda começando a se desenvolver: por exemplo, nos acampamentos de prisioneiros de guerra e em muitas prisões é sabido que os reclusos usam cigarros como um tipo de moeda, para o deleite e a comoção dos economistas profissionais.²⁷

Mas aqui também estamos falando de pessoas que cresceram usando o dinheiro e agora precisam se virar sem ele – exatamente a situação “imaginada” nos manuais de economia com os quais eu comecei.

A solução mais frequente é adotar algum tipo de sistema de crédito. Parece ter sido isso que aconteceu quando a maior parte da Europa “reverteu-se para o escambo” depois do colapso do Império Romano e também depois que o Império Carolíngio desmoronou da mesma maneira. As pessoas continuaram mantendo suas contas no antigo dinheiro imperial, mesmo que não usassem mais moedas cunhadas.²⁸ De maneira semelhante, os pachtuns, que gostam de trocar bicicletas por jumentos, conhecem muito bem o uso do dinheiro. O dinheiro existiu naquela parte do mundo por milhares de anos. Eles simplesmente preferem a troca direta entre iguais – nesse caso, porque a consideram mais masculina.²⁹

O mais notável é que mesmo nos exemplos de Adam Smith sobre peixe, pregos e tabaco usados como dinheiro acontecia o mesmo tipo de coisa. Nos anos que se seguiram à publicação de *A riqueza das nações*, os pesquisadores averiguaram a maior parte dos exemplos e descobriram que, quase em todos os casos, as pessoas envolvidas no escambo eram bem familiarizadas com o uso do dinheiro e na verdade usavam o dinheiro – como unidade de contas.³⁰ Tomemos o exemplo do bacalhau seco, supostamente usado como moeda em Terra Nova. Como afirmou o diplomata inglês A. Mitchell Innes há quase um século, o que Adam Smith descreve na verdade era uma ilusão criada por um simples acordo de crédito:

Nos primeiros dias da indústria de pesca em Terra Nova, não havia uma população permanente europeia; os pescadores iam para lá apenas na temporada de pesca, e os que não eram pescadores eram comerciantes que compravam o peixe seco e vendiam para os pescadores seus suprimentos diários. Estes vendiam a pesca para os comerciantes conforme o preço de mercado em libras, xelins e pennies, e obtinham como retorno um crédito nas contas, com o qual pagavam por seus suprimentos. O saldo devedor por parte dos comerciantes era pago com títulos de crédito na Inglaterra ou na França.³¹

Acontecia quase a mesma coisa no vilarejo escocês. Não é que as pessoas realmente entrassem em uma taberna local, jogassem um prego no balcão e pedissem um caneco de cerveja. Os empregadores, na época de Adam Smith, muitas vezes careciam de moedas para pagar aos trabalhadores; os salários podiam atrasar um ano ou mais; nesse ínterim, era considerado aceitável que os empregados levassem embora alguns produtos que fabricaram ou alguma sobra de material de trabalho, como madeira, tecidos, cordas etc. Os pregos eram de fato interessantes por serem produto dos empregadores. Então eles iam às tabernas, abriam uma conta e, quando a ocasião permitia, levavam um saco de pregos para liquidar a dívida. O fato de a lei ter tornado o tabaco uma moeda corrente na Virgínia parece ter sido uma tentativa dos agricultores de obrigar os comerciantes locais a aceitar o produto como crédito na época de colheitas. Com efeito, a lei obrigou todos os comerciantes na Virgínia a se tornarem revendedores do negócio do tabaco, quisessem eles ou não; da mesma maneira, todos os comerciantes das Índias Ocidentais foram obrigados a negociar açúcar, uma vez que o açúcar era tudo o que os consumidores mais ricos produziam para liquidar suas dívidas.

Os exemplos básicos, portanto, são aqueles em que as pessoas improvisaram sistemas de crédito porque o dinheiro verdadeiro – moedas de ouro e prata – estava escasso. Mas o golpe mais surpreendente à versão convencional da história econômica surgiu com a tradução primeiro dos hieróglifos egípcios e depois da escrita cuneiforme mesopotâmica, que ampliou as fronteiras do conhecimento dos pesquisadores da história escrita em quase 3 mil anos, do tempo de Homero (cerca de 800 a.C.), mais ou menos, que era até onde ia o conhecimento na época de Adam Smith, para aproximadamente 3500 a.C. Esses textos revelaram que sistemas de crédito desse mesmo tipo na verdade *precederam* a invenção das moedas cunhadas em milhares de anos.

O sistema mesopotâmico é o mais bem documentado, mais do que o sistema do Egito faraônico (que parece semelhante), o da China da dinastia Shang (do qual pouco sabemos) ou o da civilização do Vale do Indo (sobre o qual não sabemos nada). Aliás, sabemos muita coisa sobre a Mesopotâmia porque a grande maioria dos documentos cuneiformes era de natureza financeira.

A economia suméria foi dominada por vastos complexos de templos e palácios. Esses complexos muitas vezes eram presididos por milhares de pessoas: sacerdotes e oficiais, artesãos que trabalhavam em oficinas, fazendeiros e pastores que comandavam suas propriedades. Ainda que a Suméria antiga fosse dividida em diversas cidades-Estado independentes, o passado descortinado da Mesopotâmia até cerca de 3500 a.C. revelou que os administradores dos templos já pareciam ter desenvolvido um sistema único e uniforme de contabilidade – um sistema que, em alguns aspectos, continua conosco até hoje, na verdade porque devemos aos sumerianos algumas coisas como a contagem por dúzias, a hora de 60 minutos ou a divisão do dia em 24 horas.³² A unidade monetária básica era o siclo de prata. O peso de um siclo de prata era estabelecido como o equivalente a um *gur*, ou *bushel* de cevada. O siclo era subdividido em sessenta minas, correspondendo a uma porção de cevada – com base no princípio de que havia trinta dias em um mês, e os trabalhadores do templo recebiam duas rações de cevada por dia. É fácil perceber que o “dinheiro”, nesse sentido, não é de modo nenhum o produto de transações comerciais. Na verdade, ele foi criado por burocratas para rastrear os recursos e transferir itens entre departamentos.

Os burocratas do templo usavam o sistema para calcular as dívidas (aluguéis, impostos, empréstimos etc.) em prata. Efetivamente, a prata era dinheiro. E ela de fato circulava na forma de pedaços não cunhados, “barras brutas”, como disse Adam Smith.³³ Nisso ele estava certo. Mas praticamente só essa parte do relato estava correta. Para começar, a prata não circulava muito. A maior parte dela ficava armazenada nos tesouros do templo e do palácio, e alguns desses tesouros continuaram guardados no mesmo lugar durante milhares de anos – literalmente. Seria muito fácil na época padronizar os lingotes, prensá-los, criar um sistema confiável para garantir sua pureza. Existiu tecnologia para isso. No entanto, ninguém sentiu a necessidade particular de fazê-lo. Uma das razões é que, apesar de as dívidas serem calculadas em prata, elas não precisavam ser pagas em prata – na verdade, elas podiam ser pagas mais ou menos com qualquer coisa de que se dispusesse. Os camponeses que deviam dinheiro ao templo ou ao palácio, ou para algum oficial do templo ou do palácio, parecem ter liquidado suas dívidas principalmente com cevada,

e por isso era tão importante fixar a proporção da prata para a cevada. Mas era perfeitamente aceitável aparecer com cabras, mobília ou lápis-lazúli. Os templos e palácios eram operações industriais gigantescas – desse modo, podiam dar utilidade a praticamente qualquer coisa.³⁴

Nas praças de mercado que surgiram nas cidades da Mesopotâmia, os preços também eram calculados em prata, e o preço das mercadorias que não eram totalmente controladas pelos templos e palácios tendia a flutuar de acordo com a oferta e a procura. Mas, mesmo aqui, as evidências que temos sugerem que a maioria das transações era baseada no crédito. Os comerciantes (que às vezes trabalhavam para os templos, às vezes de forma independente) estavam entre os poucos que usavam com frequência a prata nas transações; mas até mesmo eles faziam a maior parte de suas transações à base do crédito, e as pessoas comuns que compravam cerveja das “cervejeiras” ou dos estalajadeiros locais também abriam uma conta que seria liquidada, na época da colheita, com cevada ou outra coisa que tivessem em mãos.³⁵

Nessa altura, praticamente todos os aspectos do relato convencional sobre as origens do dinheiro caem por terra. Pouquíssimas vezes uma teoria histórica foi refutada de maneira tão absoluta e sistemática. Nas primeiras décadas do século xx, já se conheciam todas as peças para que a história do dinheiro fosse inteiramente reescrita. A primeira peça foi movimentada por Mitchell Innes – o mesmo que citei ao falar do bacalhau – em dois ensaios publicados no *Banking Law Journal* de Nova York, em 1913 e 1914. Neles, Mitchell Innes expõe sem nenhum rodeio as falsas suposições nas quais se baseava a história da economia como a conhecíamos e sugere que precisamos na verdade de uma história da dívida:

Uma das falácias populares em relação ao comércio é que, nos tempos modernos, foi introduzido um recurso econômico chamado *crédito* e que, antes de esse recurso ser conhecido, todas as compras eram pagas em dinheiro vivo, em outras palavras, em moedas. Uma investigação cuidadosa mostra que justamente o inverso é verdadeiro. Antigamente, as moedas tinham um papel muito menor no comércio do que têm hoje. Na verdade, a quanti-

dade de moedas disponível era tão pequena que nem sequer bastava para as necessidades da família real [inglesa medieval] e dos estamentos que regularmente usavam vários tipos de moeda simbólica com o propósito de realisar pequenos pagamentos. Com efeito, a cunhagem era tão insignificante que muitas vezes os reis não hesitavam em retirar todas de circulação para que fossem recunhadas e redistribuídas, e apesar disso o comércio continuava exatamente do mesmo jeito.³⁶

Na verdade, nosso relato-padrão da história monetária é definitivamente invertido. Nós não começamos com o escambo e depois passamos pela descoberta do dinheiro, até chegarmos ao desenvolvimento dos sistemas de crédito, mas sim o contrário. O que hoje chamamos de moeda virtual veio primeiro. A moeda de metal apareceu muito tempo depois, e seu uso se difundiu apenas de maneira desigual, sem jamais substituir por completo os sistemas de crédito. O escambo, por sua vez, parece ser principalmente um tipo de subproduto acidental do uso da cunhagem ou do dinheiro em papel: em termos históricos, o escambo tem sido principalmente o que as pessoas acostumadas com transações em dinheiro vivo fazem quando, por alguma razão, não têm acesso à moeda corrente.

O curioso é que isso nunca aconteceu: essa nova história nunca foi escrita. Não que os economistas tivessem refutado Mitchell Innes. Eles simplesmente o ignoraram. Os manuais não mudaram seus relatos – mesmo que todas as evidências deixassem claro que eles estavam errados. As pessoas continuam escrevendo histórias do dinheiro que na verdade são histórias da cunhagem, partindo do pressuposto de que, no passado, as duas coisas eram uma só; os períodos em que a cunhagem desapareceu em grande escala ainda são descritos como épocas em que a economia “retornou para o escambo”, como se o sentido dessa frase fosse evidente, ainda que ninguém saiba realmente o que significa. De modo que não temos praticamente nenhuma ideia de como os habitantes de uma cidade holandesa em 950 d.C., por exemplo, conseguiam queijo, colheres ou músicos para tocar no casamento de suas filhas – menos ainda como isso se dava em Pemba ou em Samarcanda.³⁷

acadêmicos assumiram que os gerentes desses bancos sabiam o que estavam fazendo. Em retrospecto, eles não sabiam. A divisão de produtos financeiros do American International Group (AIG), por exemplo, obteve 2,5 bilhões de dólares de lucro bruto em 2005, basicamente revendendo seguros subvalorizados sobre títulos complexos e não muito bem compreendidos. Geralmente descrita como 'caçar níqueis na frente de um rolo compressor', essa estratégia é lucrativa nos anos comuns e catastrófica nos anos ruins. Quanto à última queda, o AIG teve seguros não pagos sobre mais de 400 bilhões de dólares em títulos. Até esta data, o governo dos Estados Unidos, no esforço de resgatar a empresa, aplicou cerca de 180 bilhões de dólares em investimentos e empréstimos para cobrir as perdas que a sofisticada modelagem de risco do AIG disse que seriam praticamente impossíveis" (Johnson, Simon. "The Quiet Coup", 2009). Johnson, é claro, ignora a possibilidade de que o AIG soubesse perfeitamente bem o que poderia acontecer, mas simplesmente não se importou, uma vez que sabia que o rolo compressor achataria outra coisa qualquer.

13 Em contrapartida, a Inglaterra já teve uma bancarrota nacional em 1571. A tentativa de criar uma lei federal de falência nos Estados Unidos em 1800 fracassou; uma lei entrou em vigor brevemente entre 1867 e 1878, destinada a aliviar os veteranos endividados da Guerra Civil, mas foi abolida por fundamentos morais (ver Mann, Bruce H. *Republic of Debtors*, 2002, para um bom relato recente). Há mais probabilidade de que a reforma da falência nos Estados Unidos torne os termos mais rigorosos do que o contrário, como aconteceu com as reformas de 2005 de acordo com as exigências da indústria, aprovadas pelo Congresso pouco antes do colapso do crédito.

14 O fundo de amparo hipotecário estabelecido depois do resgate financeiro, por exemplo, forneceu ajuda apenas para uma porcentagem minúscula de requerentes, e não houve nenhum movimento para a liberalização das leis de falência que de fato tenha se tornado mais rigoroso, sob a pressão da indústria financeira em 2005, apenas dois anos antes do colapso.

15 Serres, Chris; Howatt, Glenin. "In Jail for Being in Debt", 2010. Ver "In for a Penny: The Rise of America's New Debtor's Prisons", American Civil Liberties Union, outubro de 2010, www.aclu.org/files/assets/InForAPenny_web.pdf.

16 Jameson, Angela; Judge, Elizabeth. "IMF Warns Second Bailout Would 'Threaten Democracy'", 2009.

2. O MITO DO ESCAMBO

1 Case, Karl E. et alii. *Economics*, p. 564. Grifos do original.

2 Idem, *ibidem*.

3 Begg, David; Fischer, Stanley; Dornbusch, Rudiger. *Economics*, p. 384. Também Maun-der, Peter et alii. *Economics Explained*, p. 310. Ainda, Parkin, Michael; King, David. *Economics*, p. 65.

4 Stiglitz, Joseph; Driffill, John. *Economics*, p. 521. Mais uma vez, grifos do original.

5 Aristóteles. *Política*, liv. 1, 1.257.

6 Tampouco está claro se estamos falando de escambo nesse caso. Aristóteles usa o termo *metadosis*, cuja tradução atualmente costuma ser "partilhar" ou "distribuir". Desde Smith, a palavra vem recebendo a tradução "escambo", mas, como logo destacou Karl Polanyi ("Aristotle Discovers the Economy", p. 93), trata-se provavelmente de um emprego impreciso, a não ser que Aristóteles estivesse introduzindo um significado totalmente novo para o termo. Teóricos que estudam a origem do dinheiro grego, de Bernard Laum (*Heiliges Geld*, 1924) a Richard Seaford (*Money and the Early Greek Mind*, 2004), destacaram que os consumidores de produtos aquinhoados (por exemplo, saques de guerra, carne de sacrifício) provavelmente tiveram um papel importante no desenvolvimento da moeda grega. (Para uma crítica à tradição aristotélica, que supõe que Aristóteles esteja falando de escambo, ver Fayazmanesh, Sasan. *Money and Exchange*, 2006.)

7 Para uma literatura a respeito dessa questão, ver Servet, Jean-Michel. "La fable du troc", 1994; "Le troc primitif", 2001. Ele também afirma que no século XVIII esses relatos desapareceram de repente e surgiram visões infundáveis sobre "escambo primitivo" em relatos sobre a Oceania, a África e as Américas.

8 Smith, Adam. *A riqueza das nações*, liv. 1, 2.1-2. Como veremos, essas palavras parecem ter sido tiradas de fontes mais antigas.

9 Idem. *Lectures on Jurisprudence*, p. 56: "Se pudéssemos investigar o princípio da mente humana na qual se encontra essa tendência para a troca, veríamos que é claramente a inclinação natural que se tem de persuadir. Oferecer a alguém um xelim, algo que para nós parece ter um significado tão simples e claro, é na realidade oferecer um argumento para persuadir alguém a fazer desta ou daquela maneira como se o fizesse em interesse próprio". É fascinante perceber que a suposição de que a noção de troca seja a base de nossas funções mentais, e que ela se manifesta tanto na linguagem (como troca de palavras) quanto na economia (como troca de bens materiais), remonta a Smith. A maioria dos antropólogos atribui essa noção a Claude Lévi-Strauss (*Structural Anthropology*, p. 296).

10 A referência a pastores indica que ele pode estar se referindo a outra parte do mundo; no entanto, seus exemplos em outros lugares, como o da troca de veado por castor, deixa claro que ele está pensando nos bosques do nordeste da América do Norte.

11 Smith, Adam. *A riqueza das nações*, liv. 1, 4-2. [Ed. bras.: *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.]

12 Idem, 4-3.

13 Idem, 4-7.

14 A ideia de uma sequência histórica que parte do escambo, passa pelo dinheiro e chega ao crédito parece ter surgido pela primeira vez nas conferências de um banqueiro italiano chamado Bernardo Davanzati (1529-1606). Cf. Waswo, Richard. "Shakespeare and

the Formation of the Modern Economy”, 1996. Ela foi desenvolvida como teoria distinta às de historiadores econômicos alemães – Bruno Hildebrand (“Natural-, Geld- und Creditwirtschaft”, 1864) postulou um estágio pré-histórico de escambo, e então, depois de um ou outro retorno ao escambo na Idade Média, um estágio moderno da economia de crédito. Essa teoria toma forma canônica na obra de um aluno seu, Karl Bücher (*Industrial Evolution*, 1907). A sequência se tornou senso comum universalmente aceito e reaparece em Marx, de maneira tácita, e em Simmel, de maneira explícita – muito embora quase toda a pesquisa histórica subsequente a tenha demonstrado errada.

15 No entanto, tiveram impacto sobre muitas outras. O trabalho de Lewis Henry Morgan em particular (*League of the Ho-de-no-sau-nee, or Iroquois*, 1851; *Ancient Society*, 1877; *Houses and House-Life of the American Aborigines*, 1881, republicado em 1965), que dava destaque tanto aos direitos de propriedade coletiva como à extraordinária importância das mulheres, com conselhos femininos que cuidavam sobretudo da vida econômica, impressionou tanto alguns pensadores radicais – inclusive Marx e Engels – que se tornou a base de um tipo de contramito, do comunismo primitivo e do matriarcado primitivo.

16 Pode-se dizer que o artigo de Anne Chapman (“Barter as a Universal Mode of Exchange”, 1980) vai além, notando que se o puro escambo for definido como ligado apenas a objetos de troca, e não ao reajuste das relações entre as pessoas, não há evidências claras de que ele existiu. Ver também Heady, Patrick. “Barter”, 2005, além do texto mencionado: Humphrey, Caroline. “Barter and Economic Disintegration”, p. 48.

17 Lévi-Strauss, Claude. “Guerre et commerce chez les Indiens d’Amérique du Sud”, 1943; a tradução é de Servet, Jean-Michel. “Primitive Order and Archaic Trade. Part II”, p. 33.

18 Pode-se imaginar que a tentação pela variação sexual deve ser bem forte para homens e mulheres jovens acostumados a passar a maior parte do tempo, talvez, com uma dezena de pessoas da mesma idade.

19 Berndt, Roland. “Ceremonial Exchange in Western Arnhem Land”, p. 161. Cf. Gudeman, Stephen. *The Anthropology of Economy*, pp. 124-5, que faz uma análise bem semelhante à minha.

20 Berndt, Roland, op. cit., p. 162.

21 No entanto, como veremos adiante, não é exatamente como se os acordos comerciais internacionais jamais envolvessem música, dança, comida, drogas, prostitutas de alto nível ou a possibilidade de violência. Para um exemplo fortuito dos dois últimos elementos, ver Perkins, John. *Confessions of an Economic Hit Man*, 2005.

22 Lindholm, Charles. *Generosity and Jealousy*, p. 116.

23 Ver Jean-Michel Servet (“Le troc primitif”, pp. 20-1), em que há uma compilação enorme desses termos.

24 O argumento é tão óbvio que surpreende não ter sido citado com mais frequência. O único economista clássico que penso ter considerado a possibilidade de que pagamentos adiados fariam do escambo algo desnecessário é Ralph Hawtrey (*Currency and Credit*, p. 2),

citado em Paul Einzig (op. cit., p. 375). Todos os outros simplesmente pressupõem, sem motivo nenhum, que todas as trocas, mesmo entre vizinhos, seriam necessariamente o que os economistas gostam de chamar de “trocas imediatas”.

25 Bohannan, Paul. “Some Principles of Exchange and Investment among the Tiv”, 1955; Barth, Frederick. “Economic Spheres in Darfur”, 1969. Cf. Munn, Nancy. *The Fame of Gawa*, 1986. Também Akin, David; Robbins, Joel. “An Introduction to Melanesian Currencies”, 1998. Um bom resumo do conceito pode ser encontrado em Gregory, Christopher A. *Gifts and Commodities*, pp. 48-9. Gregory cita o exemplo de um sistema das Terras Altas de Papua-Nova Guiné com seis categorias de valores: porcos e casuares vivos estão no topo da classificação, “pingentes de conchas, costelas de porco, machados de pedra, toucados de penas de casuar e tiras de búzios para a cabeça”, em segundo lugar, e assim por diante. Os itens de consumo geralmente são limitados às duas últimas categorias, que consistem em alimentos requintados e vegetais básicos, respectivamente.

26 Ver Servet, Jean-Michel. “Démonétarisation et remonétarisation en Afrique-Occidentale et Équatoriale”, 1998; Humphrey, Caroline. “Barter and Economic Disintegration”, 1985.

27 O ensaio clássico sobre esse assunto é Radford, R. A. “The Economic Organization of a POW Camp”, 1945.

28 Nos anos 1600, pelo menos, as antigas denominações carolíngias eram chamadas de “dinheiro imaginário” – todos continuavam usando libras, xelins e pennies (ou livres, sous e deniers) durante oitocentos anos, apesar do fato de, na maior parte desse período, as moedas reais serem totalmente diferentes ou simplesmente não existirem (Einaudi, Luigi. “The Theory of Imaginary Money”, 1956).

29 Para outros exemplos do escambo coexistindo com o dinheiro: Orlove, Benjamin. “Barter and Cash Sale on Lake Titicaca”, 1986; Barnes, Robert; Barnes, Ruth. “Barter and Money in an Indonesian Village Economy”, 1989.

30 Uma das desvantagens, para um autor, ao ver seu livro se tornar um clássico, é que muitas vezes as pessoas vão averiguar a veracidade dos exemplos utilizados. (Uma das vantagens é que, mesmo que descubram que você está errado, as pessoas continuarão citando seu texto como autoridade.)

31 Innes, A. Mitchell. “What is Money?”, p. 378. E prossegue: “Uma breve reflexão mostra que uma mercadoria básica não poderia ser usada como dinheiro porque, *ex hypothesi*, o meio de troca é igualmente recebível por todos os membros da comunidade. Assim, se os pescadores pagam por seus suprimentos em bacalhau, os comerciantes terão igualmente de pagar com bacalhau o bacalhau que adquirem, um absurdo evidente”.

32 Os templos parecem ter surgido primeiro; os palácios, que se tornaram cada vez mais importantes com o passar do tempo, herdaram o sistema de administração dos templos.

33 Smith não sonhou com elas: o termo técnico na época para se referir a esses lingotes era “hacksilver” [prata cortada grosseiramente] (ver Balmuth, Miriam S. *Hacksilver to Coinage*, 2001).

34 Para estabelecer um paralelo com o Egito, compare com Grierson, Phillip. *The Origins of Money*, p. 17.

35 Ver Hudson, Michael. "Reconstructing the Origins of Interest-Bearing Debt", p. 25; Idem. "The Archeology of Money", p. 114.

36 Innes, A. Mitchell. "What is Money?", p. 381.

37 O monumental *Money and Its Use in Medieval Europe*, de Peter Spufford, que dedica centenas de páginas à exploração de ouro e prata, cunhagem de moedas e adulteração do processo de cunhagem, menciona apenas duas ou três vezes os vários tipos de moedas feitas de chumbo ou couro, ou acordos de créditos menores, pelos quais as pessoas comuns parecem ter conduzido a maioria de suas transações diárias. Sobre estas, ele diz que "podemos conhecer quase nada" (p. 336). Um exemplo ainda mais dramático é a talha, sobre a qual ainda vamos ouvir muito: o uso de talhas em vez de dinheiro vivo era difundido na Idade Média, mas não houve nenhuma pesquisa sistemática sobre esse assunto, sobretudo fora da Inglaterra.

3. DÍVIDAS PRIMORDIAIS

1 Gunnar Heinsohn e Otto Steiger ("The Veil of Barter", 1989) sugerem que seus colegas economistas não abandonaram o relato tradicional porque os antropólogos ainda não forneceram uma alternativa igualmente incontestável. Assim, quase todas as histórias do dinheiro têm início por relatos imaginários sobre o escambo. Outro recurso é incorrer em puras definições circulares: se o "escambo" é uma transação econômica que não emprega a moeda corrente, então qualquer transação econômica que não envolva moeda corrente, qualquer que seja sua forma ou conteúdo, tem de ser escambo. Glyn Davies (*A History of Money from Ancient Times to the Present Day*, pp. 11-3) chega a descrever as cerimônias *potlatche* dos *kwakiutles* como "escambo".

2 Para minha interpretação sobre a teoria do valor-trabalho, ver Graeber, *Toward an Anthropological Theory of Value*, 2001.

3 Nós geralmente nos esquecemos de que existe um forte elemento religioso nisso tudo. O próprio Newton não era ateu – na verdade, ele tentou usar suas habilidades matemáticas para confirmar que o mundo realmente havia sido criado, como antes argumentara o arcebispo Ussher, por volta de 23 de outubro de 4004 a.C.

4 Adam Smith usou a expressão "mão invisível" pela primeira vez em "História da astronomia" (11.2), mas em *Teoria dos sentimentos morais* (liv. 4, 1.10) ele diz explicitamente que a mão invisível do mercado é a da "providência". Sobre a teologia de Smith em geral, ver Nicholls, David. *God and Government in an "Age of Reason"*, pp. 35-43; sobre sua possível conexão com o islamismo medieval, ver o capítulo 10.

5 Samuelson, Paul A. *Economics*, p. 49. Ver Gunnar Heinsohn e Otto Steiger (op. cit.) para uma crítica a essa posição. Ver também Ingham, Geoffrey. *The Nature of Money*, 2004.

6 Pigou, Arthur Cecil. *The Veil of Money*, 1949. Mauro Boianovsky ("Bohm-Baewerk, Irving Fisher, and the Term 'Veil of Money'", 1993) fornece uma história do termo.

7 "Não conhecemos nenhuma economia em que o escambo sistemático aconteça sem a presença do dinheiro" – Sasan Fayazmanesh (op. cit., p. 87) refere-se, nesse caso, à moeda de conta.

8 Sobre o papel do governo no estímulo ao "mercado autorregulado" em geral, ver Polanyi, Karl. *The Great Transformation*, 1949. A economia ortodoxa clássica, segundo a qual um mercado surge naturalmente quando o governo simplesmente sai do caminho – sem a necessidade de criação de instituições legais, políticas e de polícia apropriadas –, foi refutada de forma dramática quando teóricos do livre mercado tentaram impor esse modelo na antiga União Soviética na década de 1990.

9 Innes ("What is Money?", 1913), como de costume, coloca essa questão muito bem: "Os olhos jamais viram e as mãos jamais tocaram um dólar. [Temos apenas] a promessa de pagar ou liquidar uma dívida por uma quantia chamada dólar". Igualmente, observa ele, "o mesmo acontece com todas as nossas unidades de medida. Ninguém nunca viu uma onça, um pé ou uma hora. Um pé é uma distância fixa entre dois pontos, mas nem a distância nem os pontos têm existência corpórea".

10 Note-se que isso assume algum meio de cálculo desses valores – ou seja, que já existe algum tipo de moeda de conta. Talvez isso pareça óbvio, mas parece que uma quantidade notável de antropólogos deixa isso passar.

11 Para dar uma ideia da escala, até mesmo Hong Kong, cidade-Estado comercial relativamente limitada, tem atualmente cerca de 23,3 bilhões de dólares em circulação. Com uma população de aproximadamente 7 milhões de pessoas, isso representa mais de 3 mil dólares de Hong Kong por habitante.

12 "A teoria estatal pode ser remontada ao século XIX e à obra *New Theory of Money*, de [Adam] Muller, que tentava explicar o valor da moeda como uma expressão da confiança comunitária e da vontade nacional, e culminou em *State Theory of Money*, de [G. F.] Knapp, publicado em alemão em 1905. Knapp considerava um absurdo tentar entender o dinheiro 'sem a ideia de Estado'. O dinheiro não é um meio que surge da troca. Antes, é um meio de prestação de contas e liquidação de dívidas, sendo as dívidas fiscais as mais importantes" (Ingham, Geoffrey. *The Nature of Money*, p. 47). O livro de Ingham é uma declaração admirável da posição cartalista, e grande parte do meu argumento a esse respeito pode ser vista com mais detalhes no livro dele. No entanto, como veremos adiante, eu também discordo dele em alguns aspectos.

13 Na França, *livres, sous e deniers*.

14 Einaudi, Luigi. op. cit. Carlo Cipolla (*Money, Prices and Civilisation in the Mediterranean World*, 1967) o chama de "dinheiro fantasma".

15 Sobre as talhas, ver Jenkinson, C. Hilary. "Exchequer Tallies", 1911; Idem. "Medieval Tallies, Public and Private", 1924; Innes, A. Mitchell. "What is Money?", 1913; Grandell,